



Mercator - Revista de Geografia da UFC

E-ISSN: 1984-2201

edantas@ufc.br

Universidade Federal do Ceará

Brasil

Wanderley Correia Dantas, Eustógio
METROPOLIZAÇÃO TURÍSTICA EM REGIÃO MONOCULTORA INDUSTRIALIZADA
Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 12, núm. 2, septiembre, 2013, pp. 65-84
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273628672006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

METROPOLIZAÇÃO TURÍSTICA EM REGIÃO MONOCULTORA INDUSTRIALIZADA

touristic metropolization in an industrialized region by monoculture

Eustógio Wanderley Correia Dantas *

Resumo

No Nordeste do Brasil percebe-se instituição de processo de metropolização intenso, associado ao atendimento de demanda por atividades de lazer nos espaços litorâneos e cujo rebatimento projeta as metrópoles nordestinas em relação a seu lado mar. A incorporação desta parcela do espaço redimensiona as regiões metropolitanas dos estados mais dinâmicos (Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte), denotando um quadro de urbanização linear (a acompanhar paralelamente a zona costeira) e fragmentado. O lazer como variável delineante do processo de modernização das cidades reverte quadro imagético anterior e a balizar relações privilegiadas com o continente (interior). Consequentemente assiste-se à passagem de um imaginário social e político representativo de uma região produtora de alimentos e a sofrer impactos de uma natureza perversa (justificadora das políticas de industrialização), à evidência de uma imagem positiva do semiárido, que referenda investimentos no domínio do agronegócio e do turismo litorâneo, indicado no presente trabalho como a variável inovadora. O tratamento do conjunto de políticas públicas de caráter regional (PRODETUR I, PRODETUR II e PRODETUR Nacional), do Plano de Modernização de Infraestrutura (PAC), bem como de investimentos privados no domínio do imobiliário, permite apreender essência do processo de reestruturação da rede urbana regional e da malha urbana das principais metrópoles nordestinas (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) no final do século XX e início do século XXI.

Palavras-chave: Metropolização Turística, Lazer, Políticas Públicas.

Abstract

The intensive process of metropolization in the Northeast of Brazil is associated with the attendance of demand for leisure activities in coastal areas. Then the metropolises are expanding their urban areas to the seaside. The incorporation of this portion of space resizes the metropolitan areas which Bahia, Ceará, Pernambuco and Rio Grande do Norte are the most dynamic, inducing a linear and fragmented urbanization (parallel to the coastal zone). Leisure as a main tool to the process of modernization of the metropolises reverses previous negative imagery and delimits privileged relations with the mainland (countryside). Consequently the states of those metropolises rebuilt a social and political imaginary, representative of a region that produces food, but sustaining impacts of a perverse nature to justify policies of industrialization. Nowadays the Semi-arid Region has a positive image that attracts investments in agribusiness and tourism, defined in this work as an innovative system. The treatment of the regional public policies (PRODETUR I, PRODETUR II and National PRODETUR), the Plan of the Modernization of the Infrastructure (PAC) as well as private investments in the field of real estate, allows grasp the essence of the restructuring of the regional urban network of the main cities in the Northeast (Fortaleza, Natal, Recife and Salvador) in the late twentieth and early twenty-first centuries.

Key words: Touristic Metropolization, Leisure, Public Policies.

Résumé

On remarque, dans le Nordeste du Brésil, un processus de métropolisation intensive et suscite pour la consolidation d'activités de loisirs dans les zones côtières et dont les conséquences ont mis en évidence les zones de plage dans leurs métropoles. L'intégration continuée de cette partie de l'espace, redimensionne toutes les régions métropolitaines, surtout celles des départements les plus dynamiques (Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte), où une urbanisation linéaire (parallèle à la zone côtière) et fragmentée est imposée. Le loisir prend sa place comme variable clé dans le processus de modernisation des villes, renversant un cadre de relations privilégiées avec l'arrière pays. Prenant en compte les changements de l'imaginaire politique d'une région productrice de nourriture, et touchée pour les allées climatiques (ce qui justifie les politiques d'industrialisation), on voit naître une image positive de la région semi-aride, ce qui justifie des investissements dans le domaine de l'agro-industrie et, surtout dans tourisme côtier, variable innovatrice dans les politiques publiques dans le Nordeste. L'analyse des politiques publiques (PRODETUR I, II et PRODETUR PRODETUR National), des plans de modernisation des infrastructures (PAC) ainsi que l'investissement privé dans le domaine de l'immobilier, permet de saisir l'essence de la restructuration du réseau urbain et régional des grandes villes de la région en question (Fortaleza, Natal, Recife et Salvador) à la fin du XXe et du début du XXIe siècles.

Mots-clés: Métropolisation touristique, Loisir, Politique publique.

(*) Bolsista Produtividade do CNPq e Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará - Campus do Pici, Bloco 911, CEP: 60 455 970 - Fortaleza (CE), Brasil - Tel.: (+ 55 85) 3366 9855 - edantas@ufc.br

INTRODUÇÃO

Analisar o Nordeste brasileiro na contemporaneidade perpassa por consideração de processo de metropolização, intensificado em valorização de demanda de atividades de lazer e recreação, a reverter-redimensionar o quadro de ordenamento do espaço validado na monocultura e em política de industrialização.

Compreender essa lógica, significa considerar processo de globalização pelo qual passou e passa a citada região. Tomando como base o fenômeno de internacionalização de sua economia no tempo, considerar-se-á duas dimensões fundantes, uma associada ao meio geográfico, enfocado como contínuo no tempo, e outra às variáveis social, econômica, política e tecnológica, cuja descontinuidade é a marca. A primeira se refere à base material concreta sobre a qual a outra se efetiva. A segunda permeia lógica de tratamento do meio de formas diferenciadas, e que, por sua vez, justifica e dá sustentação a conjunto de imagens representativas da região em diversos contextos históricos.

IMAGENS FUNDANTES DO NORDESTE: Nordeste açucareiro e algodoeiro-pecuarista

O Nordeste como região se efetiva na inter-relação do contínuo com o descontínuo, em construção lenta e gradual a caracterizá-la como produtora de alimentos e monocultura. Nos primórdios se justifica racionalidade a favorecer segmentos de uma elite política local empenhada no abastecimento do mercado europeu. De um lado a zona da mata, especializada na produção de açúcar e, de outro lado, o sertão, com o plantio e exportação do algodão, ambos a referendar dinâmica socioeconômica, política e tecnológica registrada com propriedade na literatura.

Refere-se ao contexto no qual a Geografia não se colocava como ciência, sendo o conhecimento geográfico baluarte da composição de obras representativas de um Nordeste plural. Trabalhos de literatas a relatam experiências vividas nessa época são: i) “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freire (2006 - primeira edição 1933), cujo universo nordestino se coaduna na lógica do plantio e produção do açúcar; ii) “O outro Nordeste” de Djacir de Menezes (1995 - primeira edição 1937), construído como diálogo com a obra anterior e a relatar existência de outra região, cuja dinâmica se diferencia da anterior por não se explicar em relações de trabalho pautadas na escravatura. Uma região controlada pelos coronéis, latifundiários que se instalaram no sertão usufruindo do estatuto da meia com seus moradores. Cria-se um imaginário associado a um clima e um solo característico da zona semiárida, dinamizada com a chegada do algodão, o ouro branco, responsável pelo alavancamento do sertão à economia internacional e não mais como produtora de alimentos (carne seca) para a zona da mata.

Quem melhor descreveu e caracterizou as dinâmicas associadas à região em foco foi Andrade (1986), com indicação das regiões fitogeográficas: a zona da mata, duas regiões de transição (o agreste e o meio-norte), e o sertão. É entre a primeira e a última região fitogeográfica que se dá a luta por hegemonia política. Se estabelece um embate, de um lado, uma elite açucareira e, de outro, uma elite algodoeira-pecuarista, nos termos apresentados por Oliveira (1981).

Do contraponto, na segunda metade do século XX, se instaura um contexto favorável à elite algodoeira-pecuarista, que ao adquirir a hegemonia política da região empreende uma lógica de articulação subalterna com outras elites nacionais (CASTRO, 1997) e a balizar política de industrialização regional.

Neste contexto é implementada política de regionalização alicerçada em processo de industrialização justificado em quadro imagético negativo da região e em contraposição à visão romântica externada na literatura. Apresenta-se a “região problema”, cujas condições de semiaridez (limites impostos pelo meio) inviabilizavam, conforme seus adeptos, o desenvolvimento de qualquer atividade econômica. A opção da industrialização se apresenta, dimensionando uma ação estratégica da SUDENE, a direcionar investimentos maciços do governo central à região e voltados, em tese, à resolução do desequilíbrio regional existente no país.

A elite política hegemônica do Nordeste semiárido (algodoeira-pecuarista) conseguiu “sensibilizar” o governo central e a sociedade na construção de um projeto de industrialização que propiciou: i) formação de uma elite empresarial de caráter urbano, importante no fortalecimento das metrópoles regionais mais importantes: Salvador, Recife e Fortaleza; ii) manutenção de *status quo* da elite local, com a captação de parcela substancial dos recursos enviados à região e pautado em acordos estabelecidos com as elites econômicas e políticas de outras regiões. Em suma, uma política que de longe não resolveu os problemas sociais vivenciados, implicando em uma concentração, cada vez maior, da renda e, conseqüentemente, na geração de quadro de desigualdade espacial intrínseca ao Nordeste. Pode-se afirmar que, embora permeado por imagens negativas, o meio serviu de base a discursos regionalistas a validarem os interesses das elites econômicas e políticas locais.

O viés da industrialização implicou em incorporação, pela elite regional, da política de desenvolvimento adotada pelo governo central. Destoa, nestes termos, das adotadas em outros países da América Latina, cuja base natural justificou o desenvolvimento, no Pós-Segunda Guerra Mundial, da atividade turística litorânea. Remete-se a ações múltiplas, dos países em questão, na efetivação de políticas de desenvolvimento pautadas no turismo. De um lado, as constantes nas Antilhas, ilhas principalmente, cuja sorte passou a gravitar na possibilidade de atração de fluxos de turistas internacionais. De outro lado, países como o México que adotaram política mista, associada ao continente (industrialização) e às ambiências litorâneas (turismo).

O Brasil permaneceu fiel ao viés da industrialização, negligenciando as ações dos governos nordestinos no desenvolvimento do turismo. Na articulação subalterna com outras elites nacionais, as elites nordestinas se tornam prisioneiras de um viés desenvolvimentista, o da industrialização, e balizado em instituição de caráter regional, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O turismo foi, nestes termos, contemplado como política de caráter secundário ou enquanto exceção à lógica regional, cujos estados da Bahia e Pernambuco, em ordem de importância, foram os únicos a investir e de forma modesta (FERREIRA; DANTAS, 2013), se comparado a outros setores da economia.

IMAGENS CONTEMPORÂNEAS DO NORDESTE: do agronegócio no campo ao lazer litorâneo na Região Metropolitana

O meio, como base na adoção das políticas de desenvolvimento, é retomado no final do século XX, denotando transformações de caráter político que aconteceram no Nordeste brasileiro e, obviamente, em resposta a uma nova ordem política nacional e internacional. A Crise do Estado Moderno gera desdobramentos no país, com implementação de uma nova constituição, a qual possibilita a implantação da democracia no país e a geração de um quadro no qual os governos dos estados nordestinos, “Estado Local” (CLAVAL; SANGUIN, 1997), tendem a adquirir autonomia na construção e efetivação de políticas públicas de desenvolvimento. De relação de completa dependência das políticas e dos recursos provenientes do governo central, atualmente os governantes dos estados nordestinos tomam para si a idealização e o controle das políticas de modernização. Passam, nestes termos, a dialogar, no sentido de captar investimentos, diretamente com organismos internacionais de desenvolvimento, como o BID, e empreendedores privados (nacionais e internacionais). O poder do governo central é minimizado, atuando como avalista dos empréstimos realizados pelos Estados Locais.

Coloca-se em cena uma racionalidade de intervenção gestada pelos governantes regionais, em política circunscrita nos limites de seus estados e pautada nas potencialidades do substrato natural. A reflexão em torno do semiárido é retomada, evidenciando suas virtualidades no desenvolvimento do agronegócio e do turismo litorâneo. O primeiro gênero de atividade associado às planícies fluviais, regiões de maciços (especializadas na produção de frutos) e o cerrado nordestino (com produção de soja). O segundo, predominantemente relacionado à zona costeira.



Remete-se à ideia da fragmentação da região (SILVA, 1999), com a apresentação do “Nordeste Turístico” e do “Nordeste do Agronegócio” (DANTAS, 2008) (Figura 1), com consequente consolidação, em caráter regional, de novas elites políticas articuladas conforme características inerentes a seus estados. As antigas elites do Nordeste, de caráter fortemente agrário, são levadas a construir acordos e pactos com novos atores urbanos: elite empresarial, funcionários altamente qualificados do serviço público, dentre outros. Tem-se a configuração de um quadro político validado na escala dos estados, dispondo cada um deles de características próprias. A título de exemplo: a) no Ceará, o segmento que assume o poder provém do empresariado urbano, que soube se associar a outros atores e relegou a um segundo plano a antiga elite algodoeira-pecuarista (leia-se coronéis); b) no Rio Grande do Norte, a elite anteriormente citada se manteve no poder, construindo um pacto com os outros atores políticos locais.

As configurações supramencionadas, culminaram na efetivação de políticas pioneiras tanto no Ceará como no Rio Grande do Norte. O primeiro estado, com a hegemonia obtida pelo segmento urbano empresarial, se lança, com força, na defesa e efetivação de uma política de desenvolvimento pautada no turismo. Ela serviu de modelo ao PRODETUR I, adotado pelo governo central e com caráter regional. O segundo estado, devido força do segmento agrário em sua composição, se mostrou forte no delineamento de uma política de desenvolvimento associada ao agronegócio, se destacando, portanto, no cenário regional. Demonstra-se, nestes termos, como as elites agrárias locais souberam se perpetuar no governo, dialogando e construindo um projeto de modernização.

O Nordeste brasileiro começa a ser “vendido”, nestes termos, como local no qual a produção de alimentos se dá com mais propriedade e a ambiência litorânea possibilita fluxo crescente de turistas, de preferência internacionais, ambos justificados na implementação de uma política de controle das bacias hidrográficas, ou seja, da garantia de oferta de água em abundância. Dispondo de água no lugar e momento certos, condições de solo e de luminosidade apropriadas, bem como de ambiência litorânea semiárida, ao Nordeste se associa uma imagem positiva no cenário nacional e internacional (DANTAS, 2002).

Da transformação empreendida, chama particular atenção o fortalecimento da lógica urbana vis-à-vis a agrária. As cidades desempenham um papel preponderante nesta nova racionalidade, tanto no domínio do fortalecimento das metrópoles nordestinas (litorâneas), como das cidades médias (interioranas).

Das duas lógicas de modernização mencionadas acima, a inovadora reside naquela que injeta recursos maciços dos governos em suas metrópoles e municípios litorâneos, com consequente potencialização, delineamento e atendimento das demandas por espaços de lazer, a reverter caracterização exclusiva da região como produtora de alimentos.



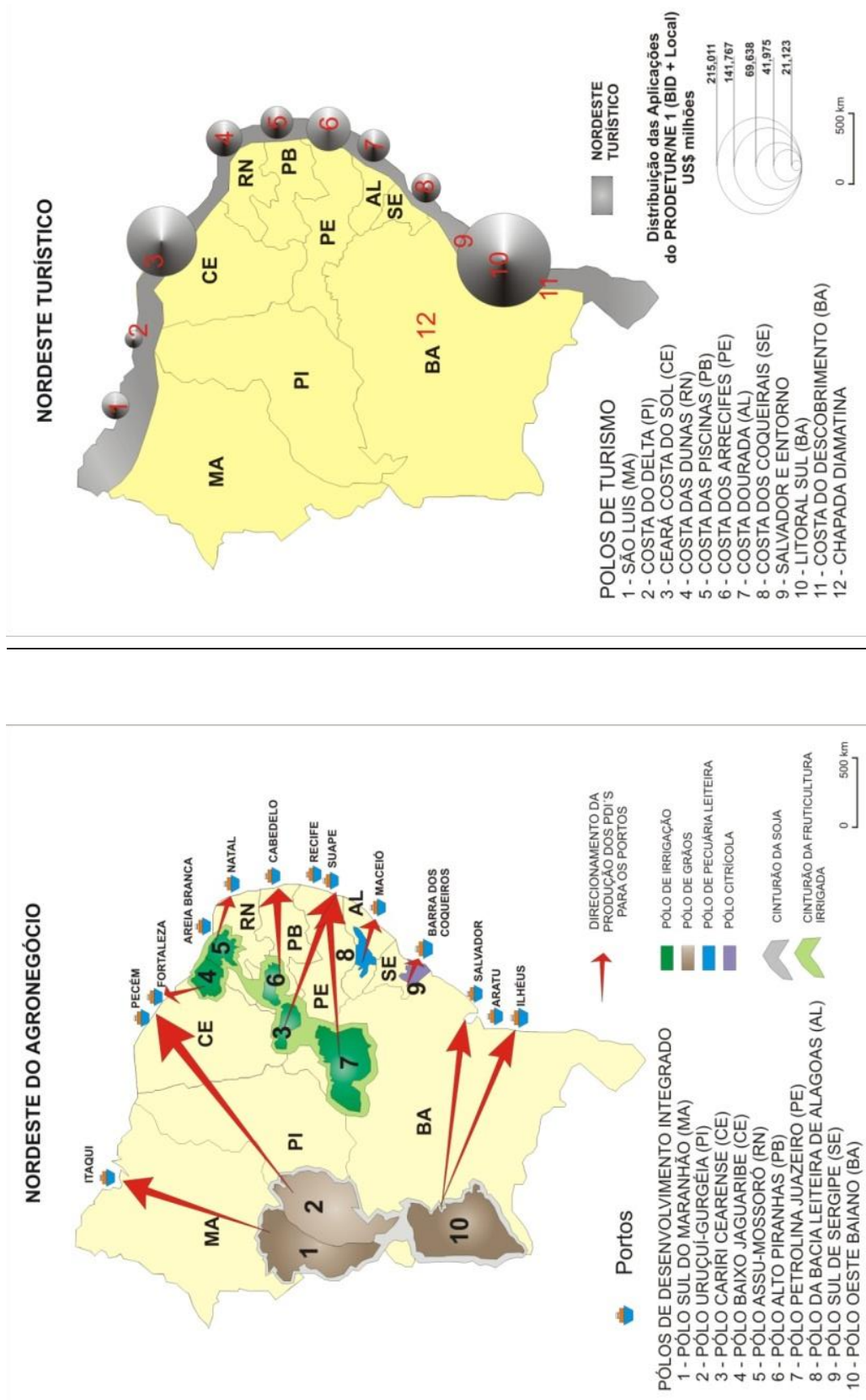


Figura 1 - Nordeste Turístico e Nordeste do Agronegócio

NORDESTE PROPÍCIO AO LAZER

O Nordeste turístico é pensado e projetado com a concentração de polos turísticos em sua zona costeira, à exceção da Bahia a dispor de um polo interiorano na Chapada da Diamantina. Consolida-se, a exemplo do padrão internacional, o turismo litorâneo na região, valorado na constituição de um quadro no qual a praia, o sol e o mar são variáveis importantes na atração de fluxos turísticos. Os governos dos estados nordestinos concebem, individualmente, suas políticas, captando recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o aval do Banco do Nordeste, responsável pela gestão do mesmo junto aos governos em foco.

Prodetur I e II, PAC e PRODETUR Nacional

A espacialização dos investimentos nos programas de desenvolvimento do turismo na região, o PRODETUR I e PRODETUR II, nos levam a compreender a essência das políticas. Voltados à disponibilização de infraestrutura, é implementada uma racionalidade diferenciada da anterior e que convidava o sertão a se abrir. Pautada nos portos, associados à via férrea, se estabelecia uma lógica de urbanização perpendicular à zona costeira e a justificar o modelo no qual as cidades davam as costas ao mar, se projetando plenamente à região produtora de riquezas: o recôncavo baiano, a zona da mata pernambucana e o sertão cearense, a título de exemplo.

À lógica anterior, se estabelece uma logística pautada no aeroporto e articulada às vias litorâneas, instituindo uma racionalidade de ocupação paralela à zona costeira (Figura 2). Os investimentos na construção de vias litorâneas e de aeroportos, inclusive reformas, modifica plenamente a dinâmica urbana da região. Nela as capitais se instituem como lócus de recepção e de distribuição dos fluxos turístico na zona costeira e de preferência nos municípios litorâneos das principais regiões metropolitanas do Nordeste: Fortaleza, Natal, Recife e Salvador. Institui-se uma urbanização linear-fragmentada a apontar duas dinâmicas diferenciadas: i) do Nordeste semiárido, representativa de tentativa de constituição de infraestrutura possibilitadora da articulação entre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão, pautada no projeto pioneiro intitulado CEPIMA e que institui uma lógica de intervenção de caráter regional e não mais estatal; ii) do Nordeste úmido, da zona da mata, cuja infraestrutura pretérita herdada da época colonial é reforçada e, portanto, não justifica implementação de uma política turística suscitadora da articulação entre os estados que a compõem. Neste domínio, a lacuna deixada pela ausência de políticas regionais entre os estados é coberta por recursos provenientes de outros programas, especificamente o PAC, cujos recursos destinados à ampliação da BR101 propiciam reforço das articulações preexistentes entre Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas. As “rugosidades” (SANTOS, 1985) são assim reforçadas.

As políticas públicas pensadas e implementadas consolidam a atividade turística na região, ampliando seu espectro com complementação de investimentos além do PRODETUR I e II e do PAC. Associado à dinâmica dos Mega Eventos, especificamente a Copa das Confederações e Copa do Mundo de 2014, o Governo Central disponibiliza recursos aos estados e capitais com mais de um milhão de habitantes. Apresenta-se o PRODETUR Nacional, voltado a ações de caráter regional e urbanização das cidades sedes dos eventos em foco. Os prefeitos dos municípios de Fortaleza, Recife e Salvador, apresentaram e aprovaram projetos voltados ao reforço de obras do receptivo em suas cidades, bem como os governos dos estados, com apontamento de política turística voltada a áreas não litorâneas e como reflexo da pressão dos municípios não-litorâneos, ávidos em participar do quinhão dos investimentos turísticos voltados à região. No Ceará com projetos voltados a Baturité



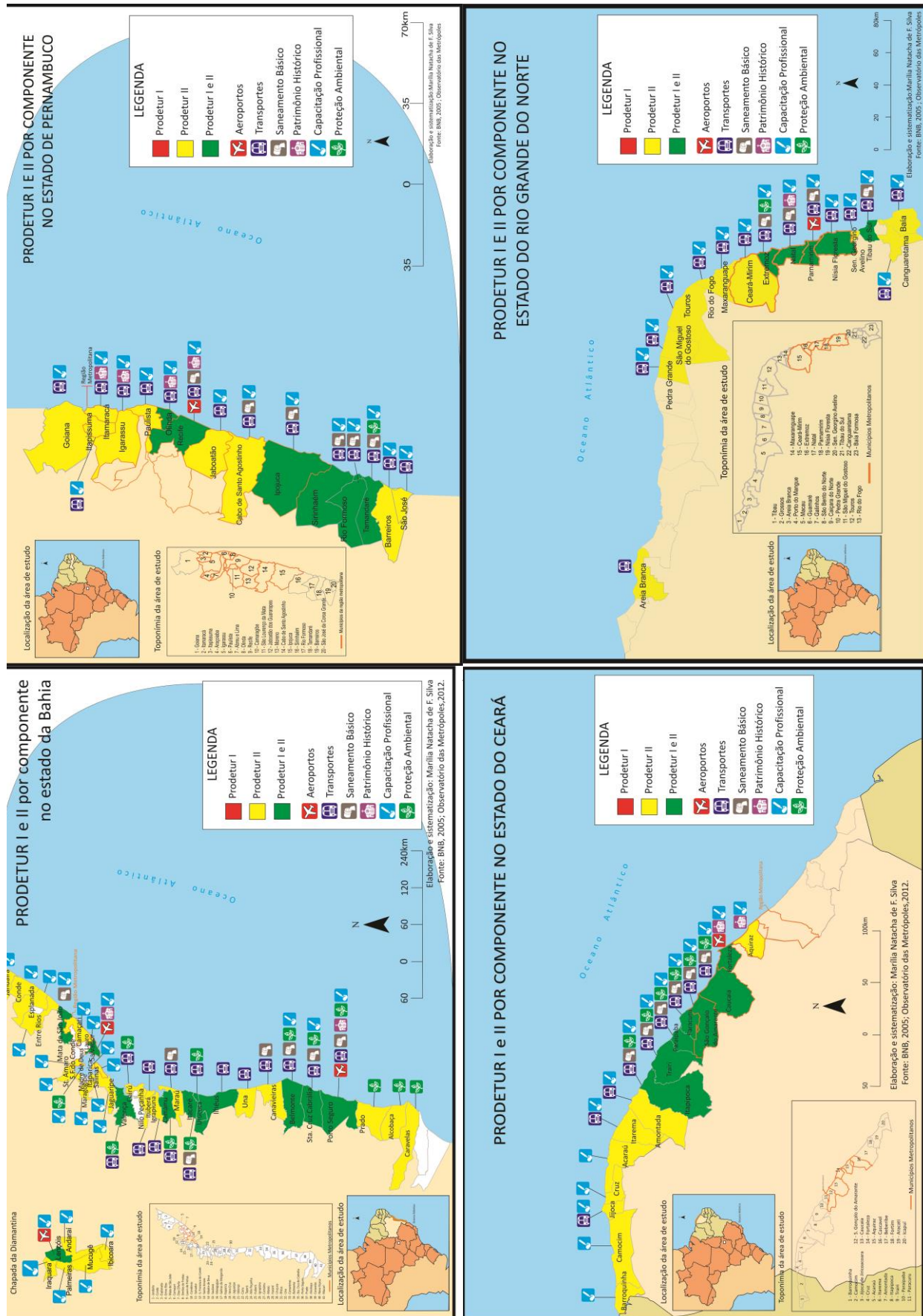


Figura 2 - Espacialização dos Investimentos do PRODETUR I e II na Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte

e Ibiapaba.. Em Pernambuco à Caruarú e Petrolina. No Rio Grande do Norte a Caicó e, na Bahia, com tônica diferenciada, concentrada em sua região metropolitana. (Figura 3a e 3b).

Preocupados no atendimento de demandas de lazer, agora os prefeitos também participam da elaboração de políticas turísticas na região. Ademais emergem outras instituições no cenário, como o Ministério do Turismo, que toma para si a gestão dos recursos aprovados para as cidades e a região, complexificando a cadeia de atores envolvidos nas políticas públicas associadas ao fortalecimento da região e de suas metrópoles. Falar pura e simplesmente da recepção de times de futebol, com seus jogadores e torcedores, não dá conta dos interesses intrínsecos nesta trama. O intento é o de constituir uma imagem positiva das metrópoles em foco, “vendendo-as” internacionalmente e no sentido de animar os fluxos turísticos internacionais.

A efetivação destes investimentos, especificamente o PRODETUR I, bem como o apontamento de intervenções em andamento e futuras nos demais programas, são basilares na atração de volume substancial de investimentos privados e de fluxos turísticos à região. Dados representativos da construção do Nordeste Turístico são percebidos, de um lado, no movimento dos aeroportos nordestinos, com maior propriedade os voos charters internacionais de caráter eminentemente turístico (Tabela 1) e, de outro, da indicação de cinco cidades nordestinas dentre as cidades mais visitadas no Brasil (Tabela 2).

Tabela 1 – Movimentação de Passageiros em voos internacionais no Brasil e nos estados nordestinos: 2003 e 2004

UF	Movimentação de Passageiros 2003						Movimentação de Passageiros 2004					
	Embarque			Desembarque			Embarque			Desembarque		
	Regular	Não regular	Total	Regular	Não regular	Total	Regular	Não regular	Total	Regular	Não regular	Total
AL	-	13.014	13.014	-	11.598	11.598	-	12.622	12.622	-	10.831	10.831
BA	65.294	5.451	70.745	60.203	4.326	64.529	104.925	29.980	134.905	111.744	34.482	146.226
CE	43.843	33.477	77.320	43.223	35.823	79.046	62.559	63.494	126.053	63.979	62.863	126.842
MA	-	68	68	-	75	75	-	121	121	-	163	163
PB	-	13	13	-	10	10	-	10	10	-	9	9
PE	55.887	7.968	63.855	51.501	8.090	59.591	57.409	20.051	77.460	53.106	19.866	72.972
PI	-	60	60	-	60	60	-	-	-	-	-	-
RN	1.235	49.551	50.786	1.039	46.190	47.229	5.205	86.445	91.650	6.580	86.491	93.071
SE	-	168	168	-	161	161	1	172	173	1	270	271
NE	166.259	109.770	276.029	155.966	106.333	262.299	230.099	212.895	442.994	235.410	214.975	450.385
BR	4.398.537	173.066	4.571.603	5.203.193	172.150	5.375.343	4.680.891	321.257	5.002.148	5.810.944	327.273	6.138.217

Fonte: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (2003 e 2004)

O fluxo turístico nacional se apresenta reforçado por fluxo de caráter regional significativo. Embora o atingimento da meta inicial dos governantes nordestinos tenha sido a de consolidar a região como destinação turística internacional, os fluxos representativos deste movimento não ultrapassaram os 10% do volume total. Nesses fluxos se explica e se justifica a atração de investimentos clássicos na região, notadamente do ramo hoteleiro, os hotéis a se estabelecerem, principalmente, nas capitais, bem como os Resorts, cuja distribuição comporta abrangência territorial maior, com força nas regiões metropolitanas.

Entretanto, o inesperado toma corpo. Da concepção clássica almejada pelos governantes nordestinos, restrita a empreendimentos e investimentos no segmento hoteleiro, bem como da atração de fluxo de turistas a validar estes empreendimentos, a região é objeto de outros investimentos e da consequente chegada de outros atores nacionais e internacionais, com natureza dispare daqueles característicos do turismo.

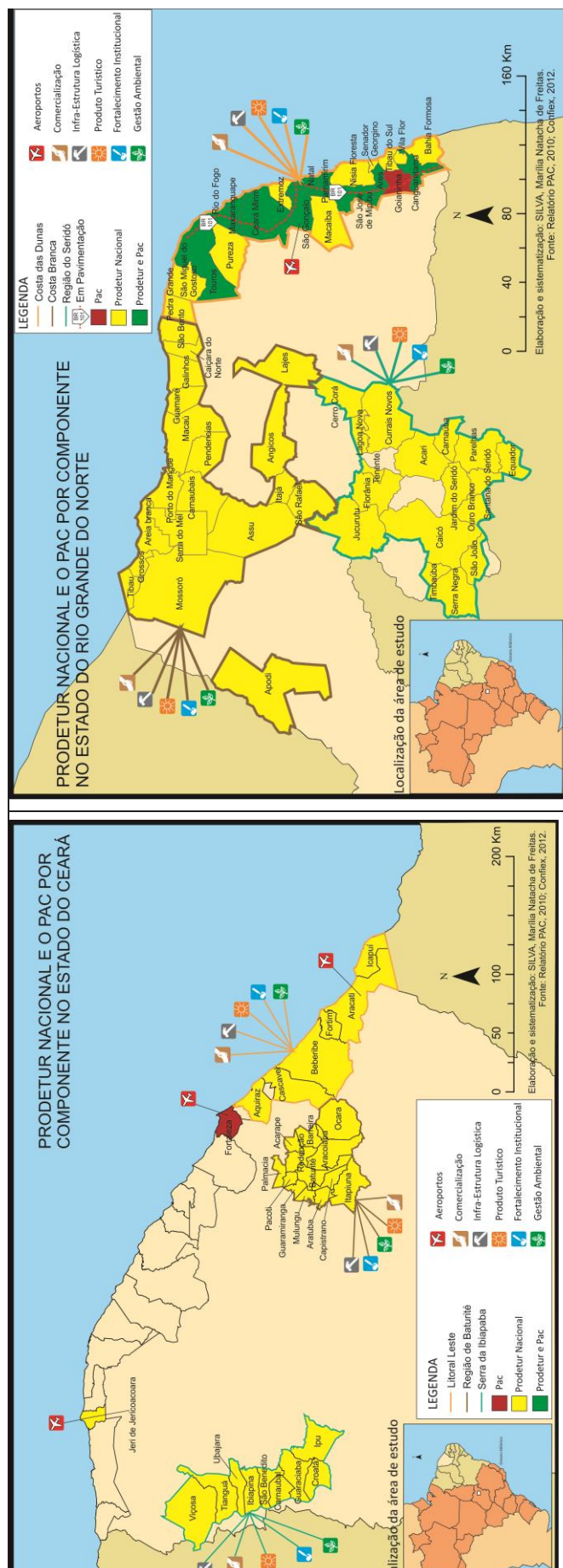


Figura 3a - Espacialização dos investimentos do PAC e Prodetur Nacional no Ceará e Rio Grande do Norte

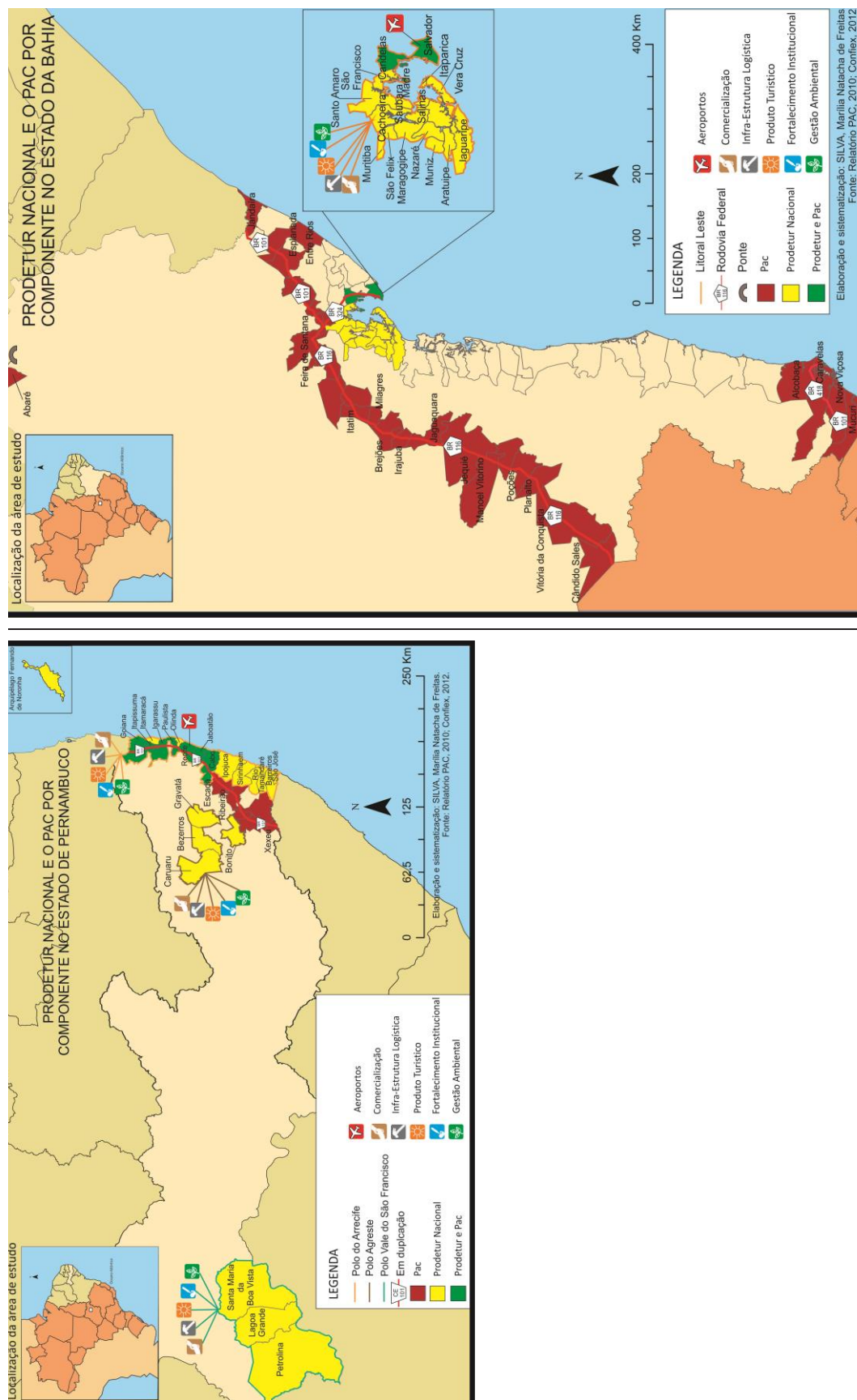


Figura 3b - Espacialização dos investimentos do PAC e Prodetur Nacional na Bahia e Pernambuco

Tabela 2 – Cidades Mais Visitadas no Brasil

Cidades Mais Visitadas Lazer	2004	2005
Rio de Janeiro - RJ	33,9	31,5
Foz do Iguaçu - PR	21,7	17,0
São Paulo - SP	13,6	13,6
Florianópolis - SC	11,9	12,1
Salvador – BA	14,2	11,5
Balneário Camboriú – SC	6,1	6,7
Fortaleza – CE	6,5	6,4
Natal – RN	2,7	5,8
Armação dos Búzios – RJ	5,8	5,4
Manaus – AM	4,0	4,0
Recife – PE	3,5	3,2
Curitiba – PR	4,0	3,2
Bombinhas - SC	2,6	3,1
Parati – RJ	2,9	2,2
Porto Seguro - BA	2,6	2,1
Outros	63,7	58,9
TOTAL	199,8	186,7

Fonte: EMBRATUR – fluxo internacional 2004 (4.793.703) e 2005 (5.358.170).

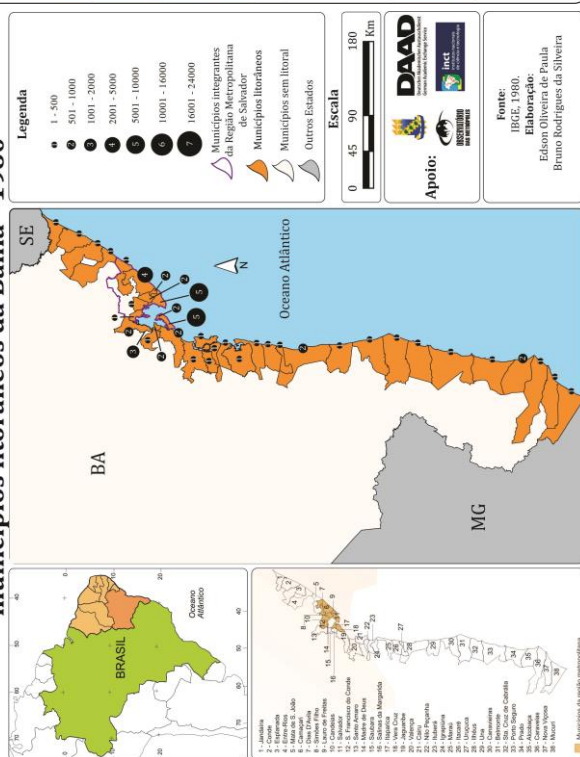
O INESPERADO: a vilegiatura e as entradas de capitais internacionais

Com infraestrutura e o consequente receptivo voltado à atração de turistas, percebe-se geração de fluxo significativo, negligenciado pelos atores políticos da região, de vilegiaturistas provenientes de outros países e de outras regiões do Brasil (PEREIRA, 2012; FONSECA, 2012). O intento destes usuários não se reduz à viagem propriamente dita, eles anseiam em se fixar em lugar escolhido, adquirindo para tanto uma segunda residência. Trata-se de fluxo a redimensionar a prática da vilegiatura na região e em suas metrópoles, animando as zonas de praia e instituindo uma prática eminentemente de caráter marítimo.

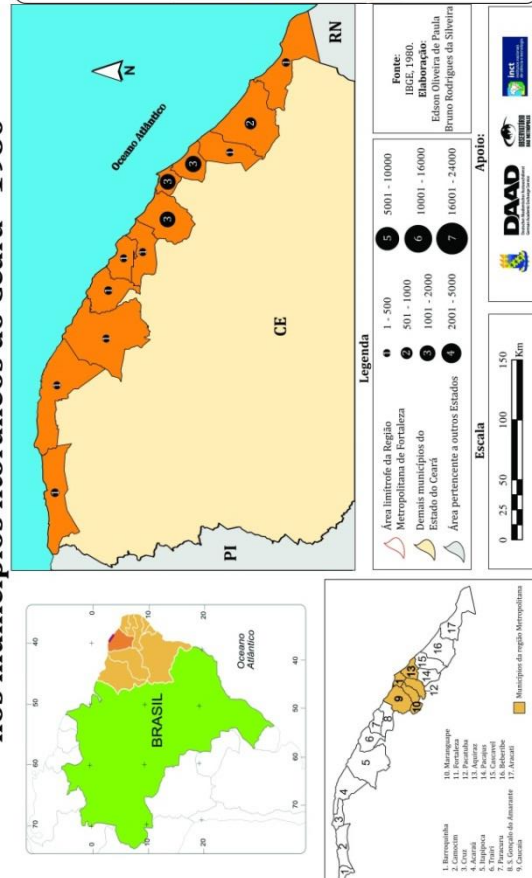
Os usuários em foco se beneficiam da infraestrutura pensada para o turismo, deversificando o mercado de terra nos municípios litorâneos e, igualmente, das metrópoles nordestinas. De uma prática marítima de caráter eminentemente local e na melhor das hipóteses regional, percebe-se, nos quatro últimos decênios, a incorporação gradual de vilegiaturistas estrangeiros e provenientes de outras regiões brasileiras. Acrescido à vilegiatura de caráter local, tal prática toma a totalidade do espaço litorâneo nordestino, se concentrado principalmente em suas regiões metropolitanas, bem como revertendo uma tendência de esvaziamento de tal prática na metrópole. Para os vilegiaturistas alóctones, provenientes tanto do estrangeiro como de outros estados brasileiros, cidades como Salvador, Fortaleza, Natal e Recife são potencializadas por sua ambiência litorânea característica, bem como da possibilidade de usufruto de conjunto de serviços especializados. Consolida-se, nestes termos, um movimento de caráter predominantemente metropolitano e com frequência maior notada nas capitais nordestinas, principalmente dos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, conforme o censo de 1980, 1991, 2000 e 2010 (Figuras 4, 5, 6 e 7).



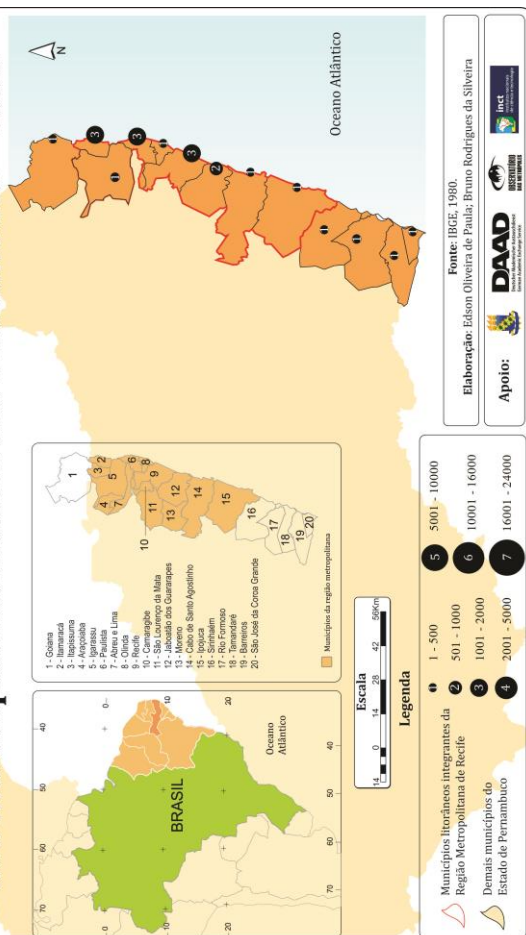
Distribuição do número de Residências Secundárias nos municípios litorâneos da Bahia - 1980



Distribuição do número de Residências Secundárias nos municípios litorâneos do Ceará - 1980



Distribuição do número de Residências Secundárias nos municípios litorâneos em Pernambuco - 1980



Distribuição do número de Residências Secundárias nos municípios litorâneos do Rio Grande do Norte - 1980

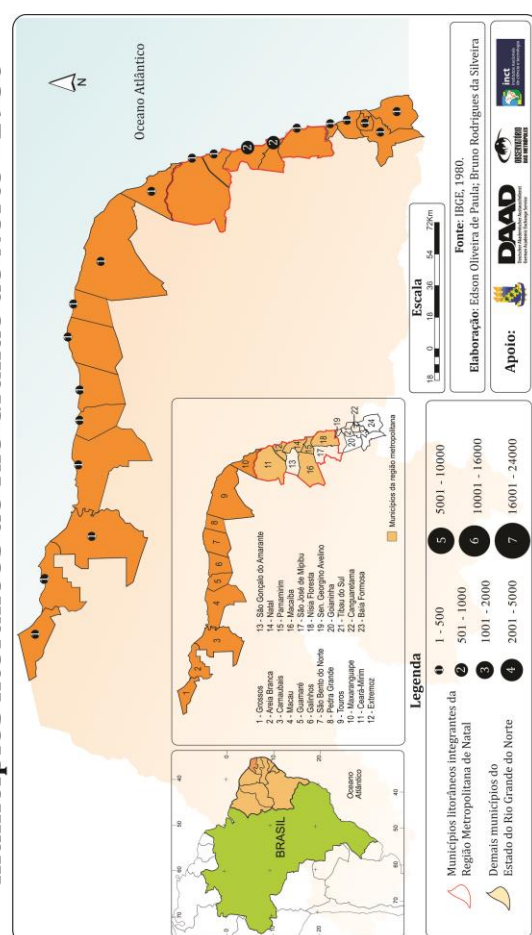


Figura 4 - Vilegiatura Marítima nos municípios litorâneos da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, 1980. Fonte: Censo do IBGE, 1980

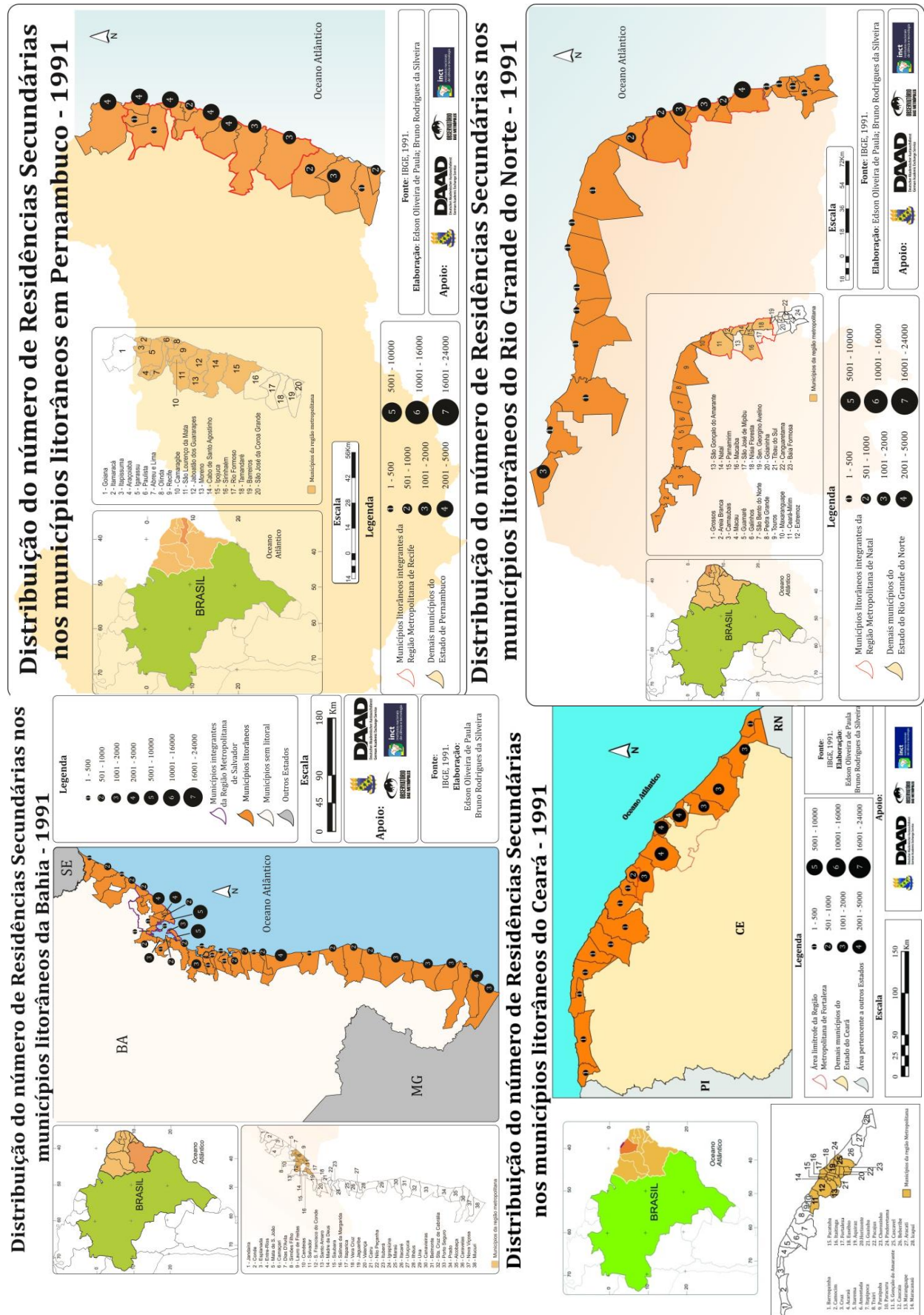


Figura 5 - Vilegiatura Marítima nos municípios litorâneos da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, 1991. Fonte: Censo do IBGE, 1991

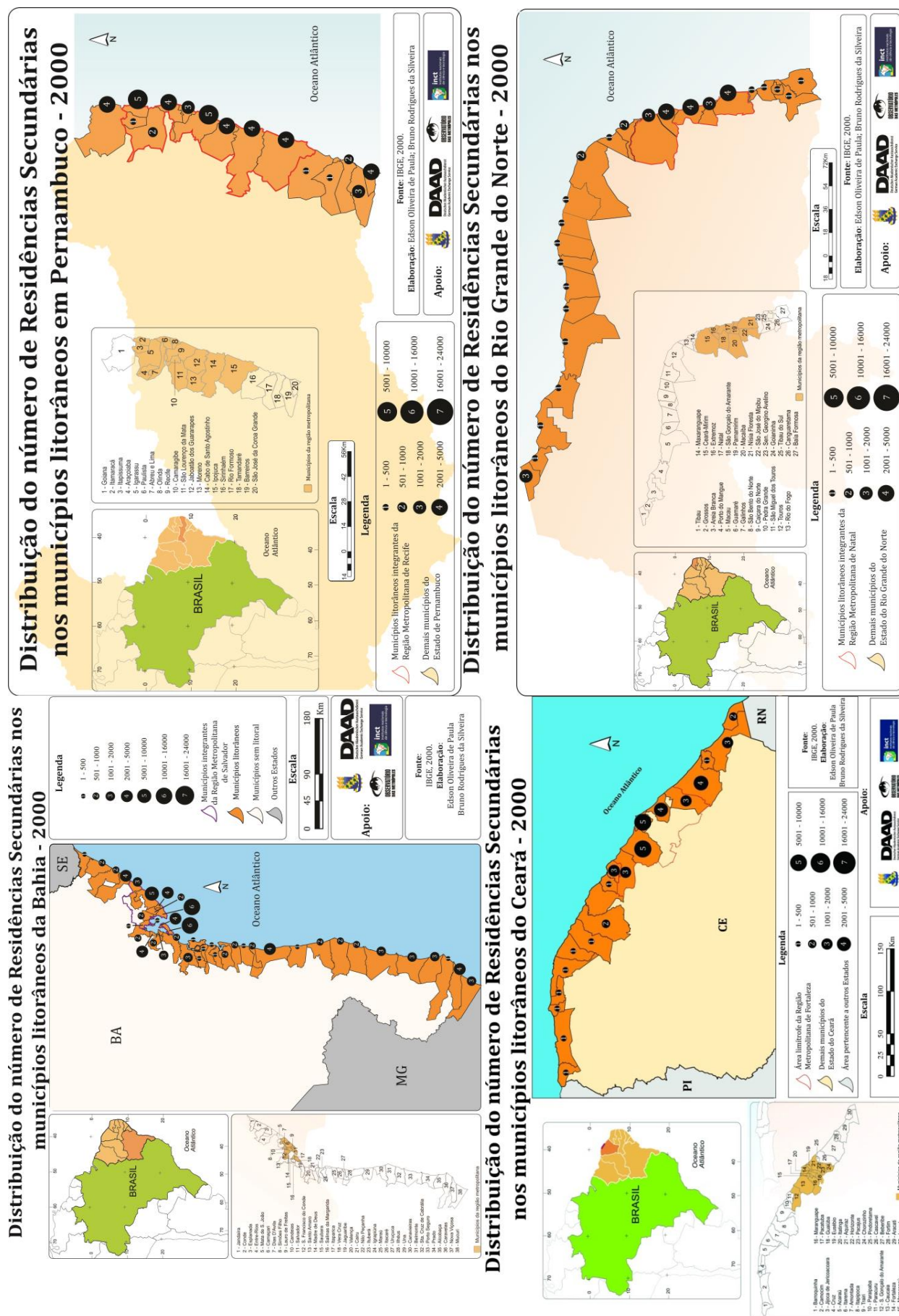


Figura 6 - Vilegiatura Marítima nos municípios litorâneos da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, 2000. Fonte: Censo do IBGE, 2000.

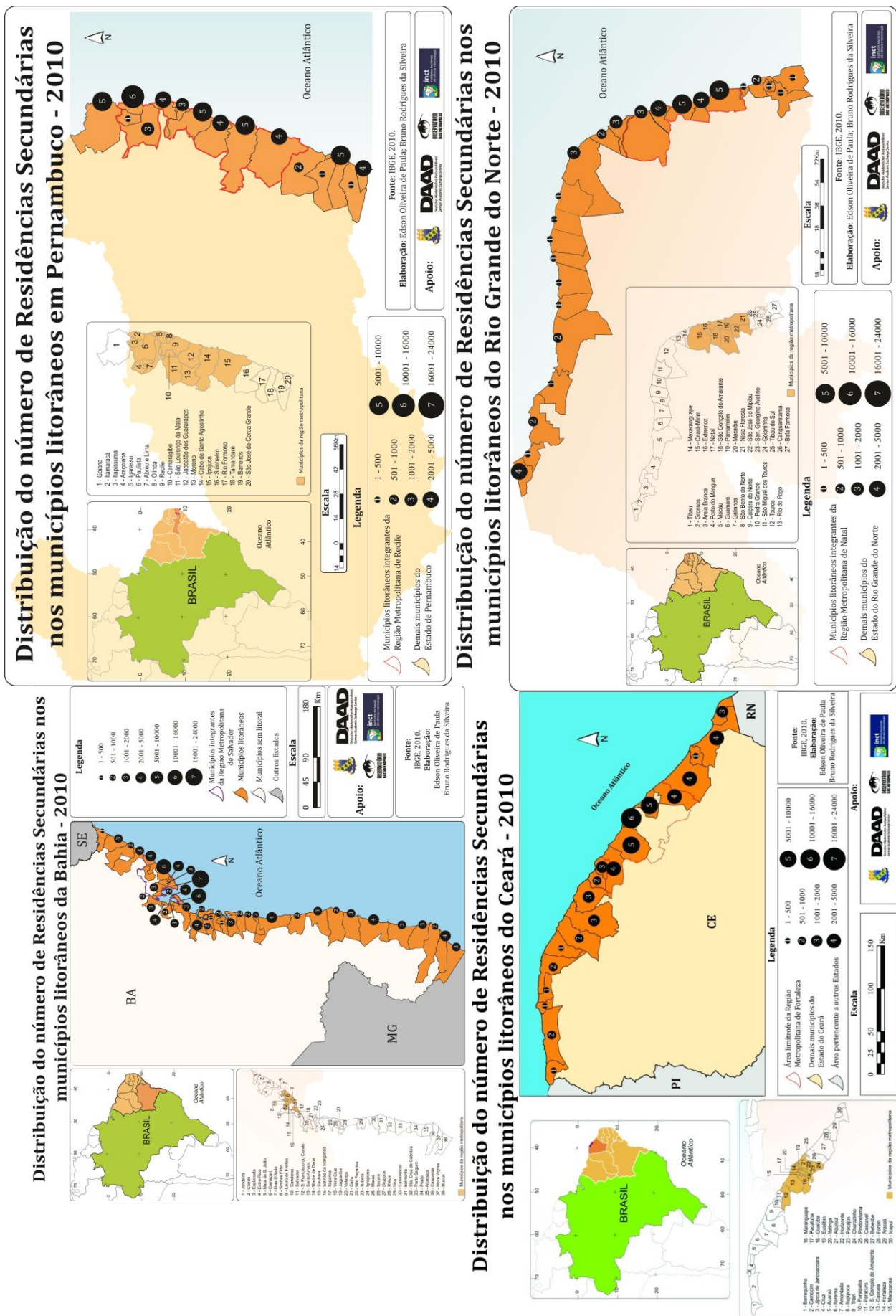
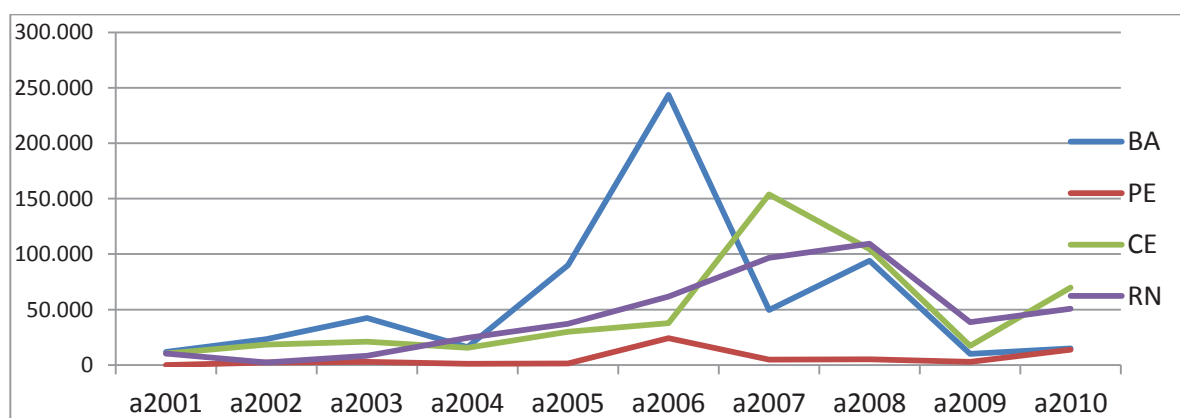


Figura 7 - Vilegiatura Marítima nos municípios litorâneos da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, 2010. Fonte: Censo do IBGE, 2010.

De lógica associada à capacidade dos Estados Locais em atrair investimentos e fluxos, percebe-se, no final dos anos 1990, início dos anos 2000, uma articulação entre empreendedores locais e estrangeiros, a vislumbrarem possibilidade de incorporação de investimentos imobiliários à dinâmica do turismo. Retoma-se a demanda dos vilegiatistas, redimensionando-a com o oferecimento de novos empreendimentos imobiliários. Tanto condomínios de segunda residência como empreendimentos a associarem estrutura hoteleira a conjunto de residências secundárias, cujo usufruto é garantido ao comprador, bem como a possibilidade de disponibilização a turistas no pool do empreendimento. Representam os Complexos Turísticos Residenciais que pululam na zona costeira nordestina, com maior força em suas regiões metropolitanas.

Nesta dinâmica os empreendedores locais acabam tendo o controle da terra, sendo os recursos provenientes para os empreendimentos originários do estrangeiro. A análise de capital proveniente de fora do país pelo Banco Central, estabelecida por Silva (2010), no bojo de estudos desenvolvidos pelo Observatório das Metrópoles, dá conta da importância deste fenômeno na região e cujo volume atinge, em 10 anos (de 2001 a 2010), um bilhão, quinhentos e setenta e dois milhões e cento e trinta mil dólares, distribuídos nos estados da Bahia (BA), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN) e Pernambuco (PE) (Figura 8).



UF	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
BA	11.797	23.311	42.284	16.147	89.964	243.743	49.699	94.111	10.145	15.021	596.222
CE	10.356	18.481	20.960	15.588	29.822	37.619	153.800	104.407	17.124	69.953	478.110
RN	10.355	2.214	8.153	24.477	37.188	61.683	96.718	109.311	38.745	50.755	439.599
PE	-	2.350	2.849	959	1.252	24.323	4.798	5.050	2.772	13.846	58.199
Total	32.508	46.356	74.246	57.171	158.226	367.368	305.015	312.879	68.786	149.575	1.572.130

Figura 8 - Ingresso de capital (US\$ - milhões) proveniente do estrangeiro pelo Banco Central: Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Fonte: Observatório das Metrópoles.

Empreendedores internacionais associados a empreendedores locais se especializam na geração de novos produtos a uma clientela de vilegiatistas provenientes do estrangeiro e ansiosos em se estabelecer ocasionalmente nas praias nordestinas. São capitais provenientes do mundo inteiro, mas cuja participação de empreendedores de Portugal, Espanha e Itália se faz remarcar (Figura 9).

Este procedimento garantiu ingresso de valores significativos de capitais internacionais no período de 2001 a 2008, tendo sua intensidade reduzida no pós crise do mercado imobiliário em 2009. A curva crescente é freada, reduzindo-se significativamente os volumes dos investimentos. Em 2010 eles são retomados, mas abaixo dos valores anteriores e com maior força no Ceará e Rio Grande do Norte.

Mesmo com a crise internacional, os envolvidos nos empreendimentos imobiliários a associarem a dinâmica da vilegiatura à turística, não entram em crise. Somente redimensionam seus projetos em grandiosidade e se voltam a uma outra clientela, os vilegiaturistas provenientes de outras regiões do Brasil. A exemplo do turismo, o foco da internacionalização é redimensionado com a incorporação da demanda nacional e de importante participação regional.

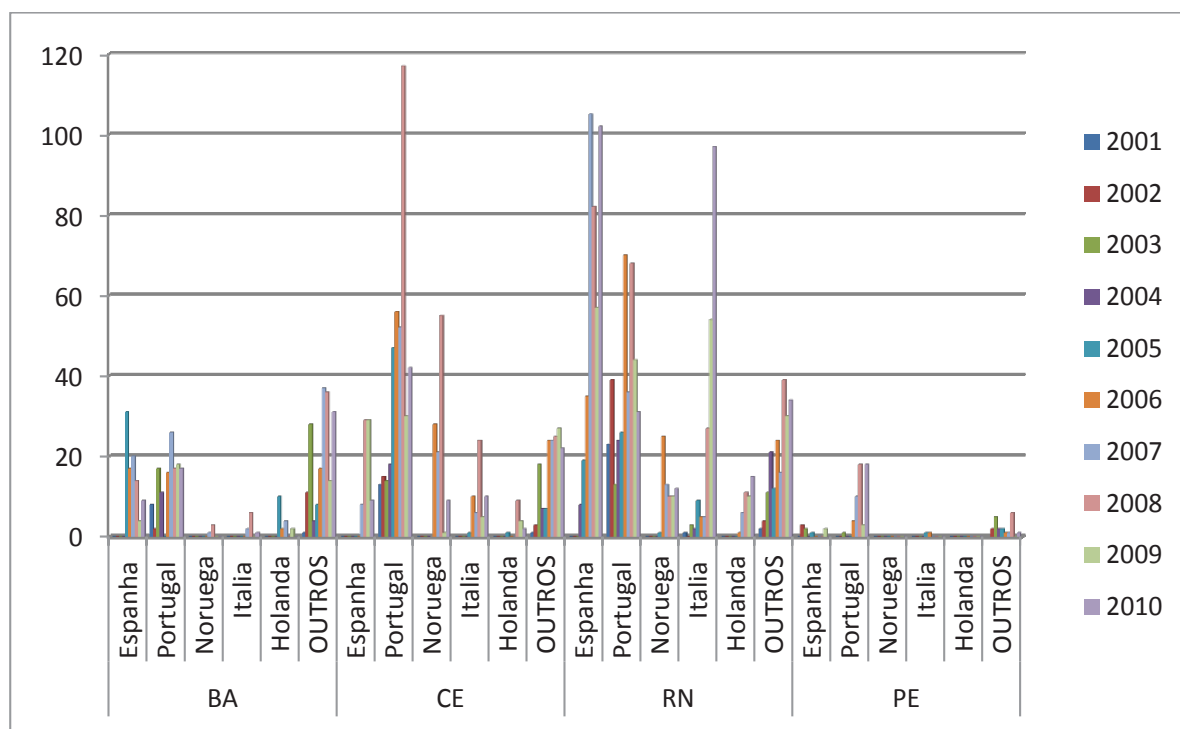
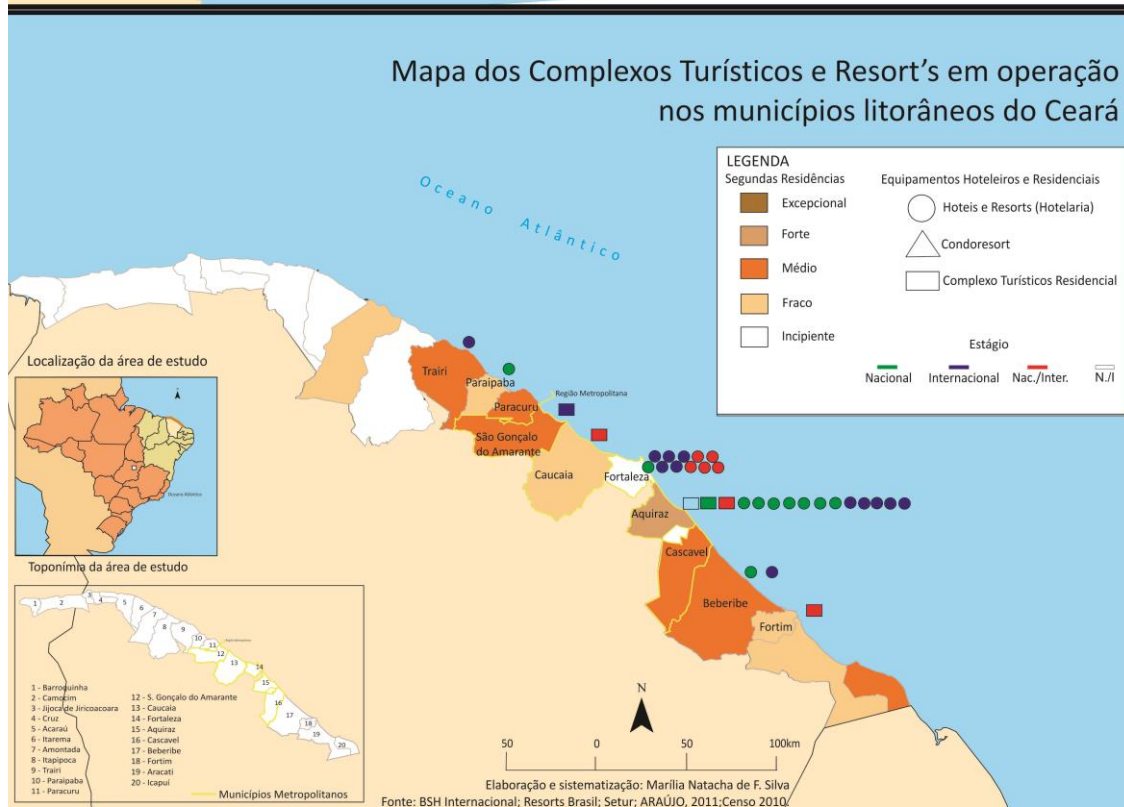
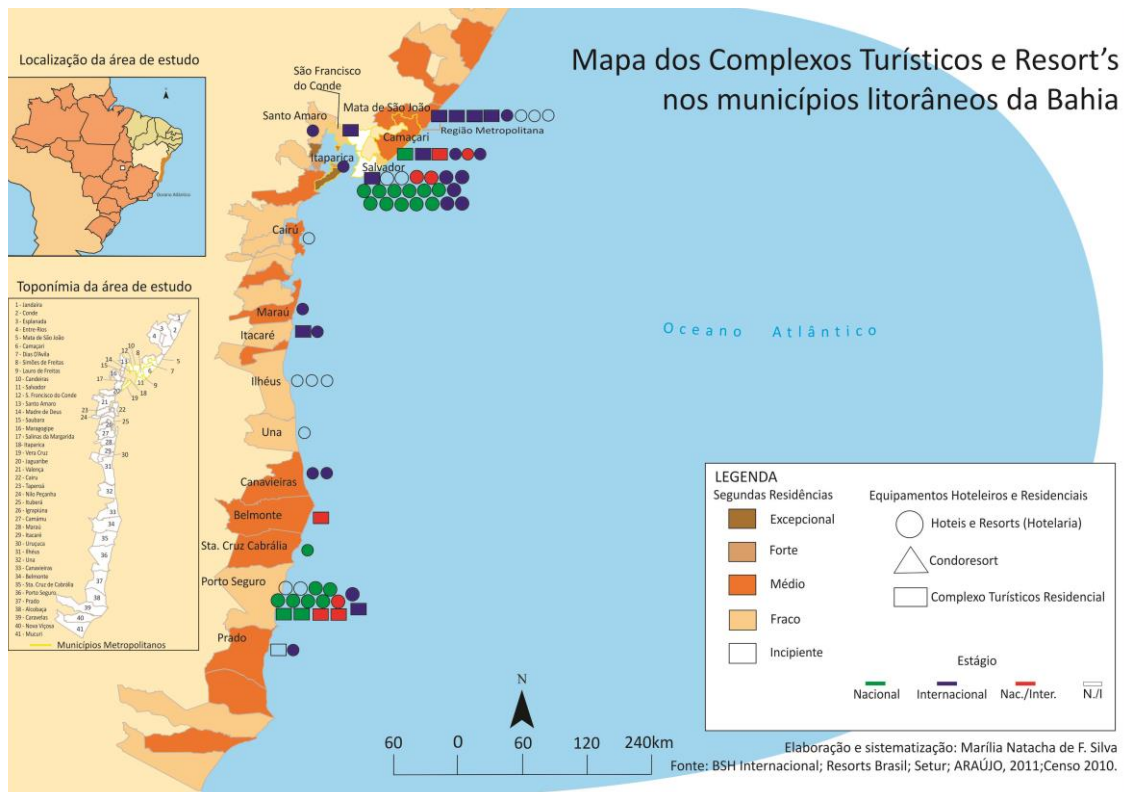


Figura 9 - Origem dos capitais (US\$ - milhões) provenientes do estrangeiro pelo Banco Central, na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Fonte: Observatório das Metrôpoles.

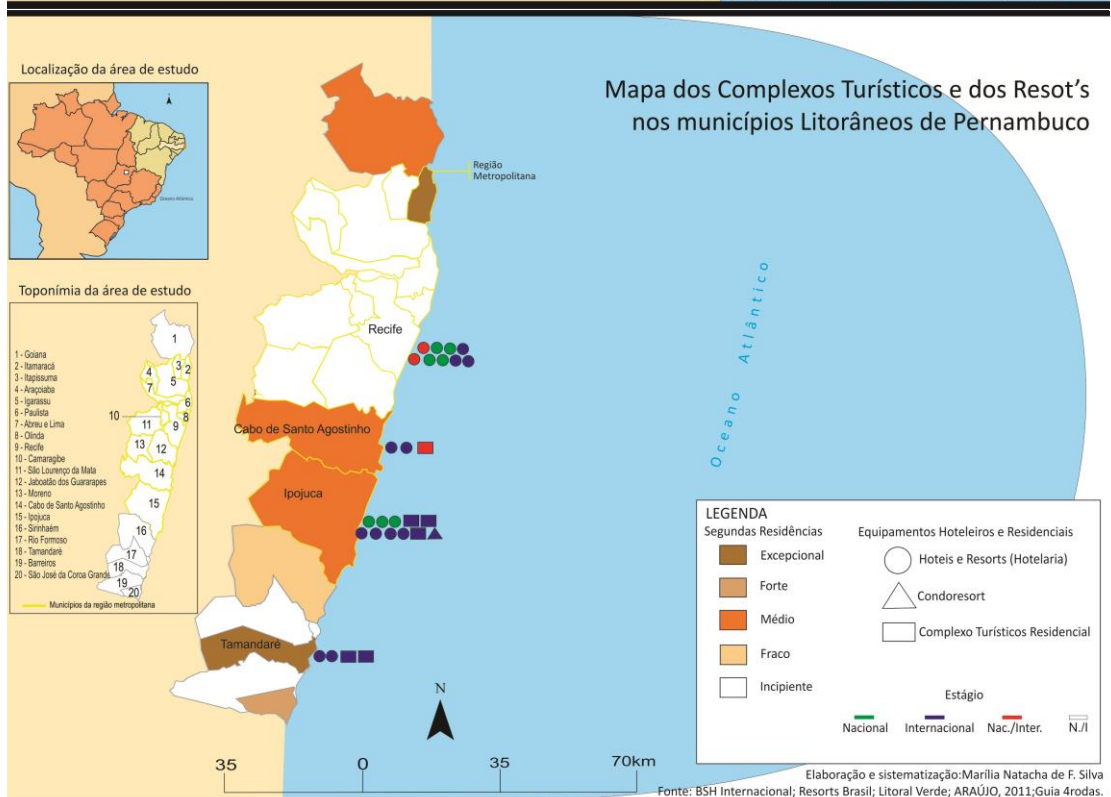
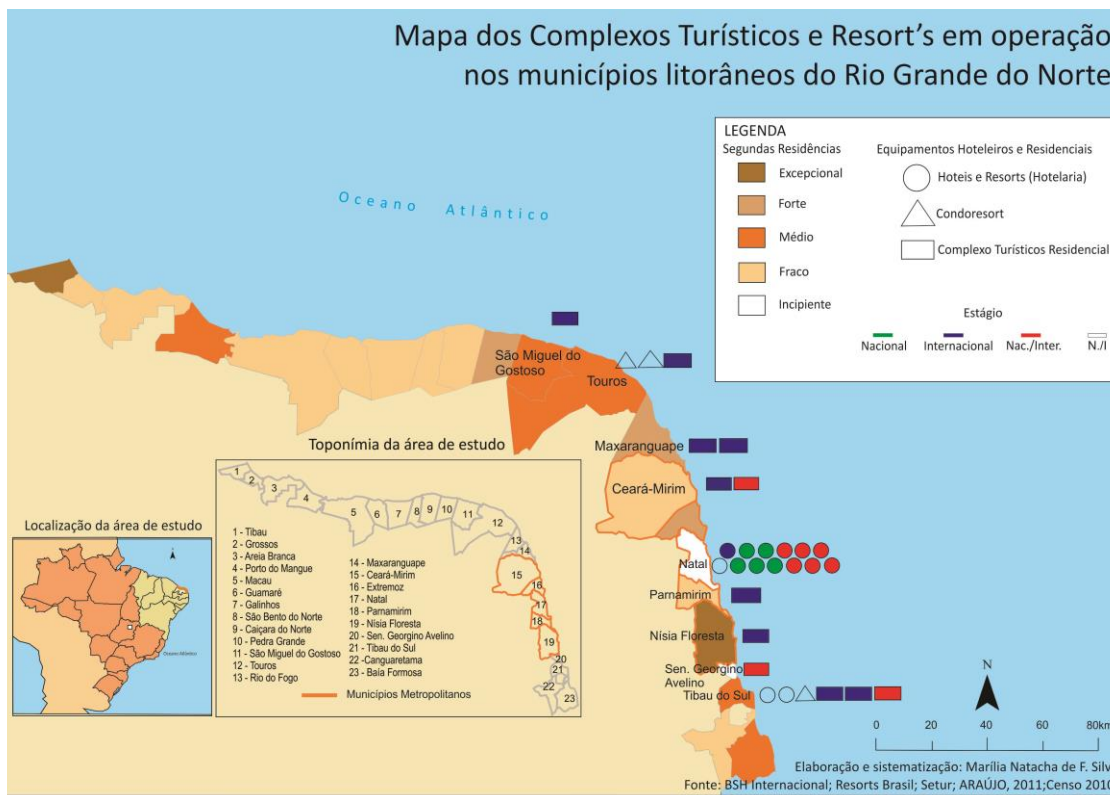
O diferencial no processo relatado, em relação à atividade turística, é de que não resultou de algo pensado pelos governos dos estados nordestinos. Foram os empreendedores imobiliários que, sensibilizados pela demanda dos vilegiaturistas, estabeleceram parcerias e passaram a pressionar os governos locais, no sentido de validar seus projetos. Além de se aproveitarem da infraestrutura pensada para o turismo, conseguiram envolver, na sequência, os governadores em sua empreitada nos salões internacionais.

Na disponibilização de novos produtos imobiliários a associarem práticas diferenciadas, percebe-se, nos estados analisados, a importância que os Complexos Turísticos Residenciais tomam na região, denotando um quadro de concentração dos mesmos na região metropolitana, a exemplo do notado na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco (Figuras 10a e 10b).





Figuras 10a - Empreendimentos imobiliários-turísticos nos municípios litorâneos da Bahia e Ceará



Figuras 10b - Empreendimentos imobiliários-turísticos nos municípios litorâneos do Rio Grande do Norte e Pernambuco

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do apresentado tem-se a constituição de quadro de urbanização pautado em empreendimentos que suscitam projeção das metrópoles nordestinas à zona costeira, com consequente direcionamento de processo de expansão das regiões metropolitanas a seu lado mar e a instituir uma ocupação de caráter linear e fragmentado.

Com o advento da sociedade dos lazeres em constituição, as cidades litorâneas nordestinas se tornam marítimas, validadas pelo exercício das práticas turísticas e, inclusive, da vilegiatura marítima. Se projetam, portanto, em escala internacional, participando do pool de cidades a valorarem seu lado mar.

Somente com uma reflexão sobre a importância do lazer na estruturação das cidades, como apresentado por Lefebvre (1978), podemos compreender a dinâmica hodierna constante nas metrópoles nordestinas brasileiras e que revelam, com força, sua natureza marítima, relegada, no passado, a um segundo plano.

AGRADECIMENTOS

Reflexões realizadas a partir de dados resultantes de pesquisas apoiadas pelas instituições de fomento à pesquisa, nas escalas estadual (FUNCAP) e nacional (CNPq - Edital Universal).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo : Editora Atlas, 1986.
- CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território : natureza, regionalismo e representação. In: Castro, Iná Elias de et al. (orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.
- CLAVAL, Paul; SANGUIN, A.-L. (orgs.). **Métropolisation et politique**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1997.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator** (UFC), Fortaleza, v. 1, 2002, p. 53-60.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Les Mutations du Nordeste du Brésil. **Hérodote** (Paris), v. 131, 2008, p. 137-155.
- FERREIRA, Larissa da Silva; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Decurso histórico do turismo no estado da Bahia: Antônio Carlos Magalhães (ACM) e a cultura local como fatores intervenientes para o desenvolvimento da atividade. **GeoTextos**, vol. 9, n. 1, jul. 2013. p. 113-127.
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes da (org.). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: UDUFRN, 2012.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006. [1ª edição: 1933]
- LEFEBVRE, Henri. **De l'État**. Paris: Union Générale d'Editions, 1978.
- MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. Fortaleza: UFC, 1995. [1ª edição: 1937]
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, A. Q. . Das cidades às metrópoles litorâneas: o papel da vilegiatura marítima moderna no Nordeste do Brasil. **Geosp** (USP), v. 31, p. 5-15, 2012.
- SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SILVA, José Borzacchiello da. Pelo retorno da região. In: EGLER, C.; CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M. **Redescobrimo o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Investimentos Estrangeiros no Nordeste e o Imobiliário-Turístico. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. do L. M. **Turismo e Imobiliário nas Metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

Trabalho enviado em junho de 2013

Trabalho aceito em julho de 2013